

Da formulação à implementação do programa Universidade para Todos (ProUni): avaliação dos 15 anos do programa

Juan de França Magalhães Costa¹

Palavras-chave: bolsas; ProUni; política pública.

Resumo Expandido

O acesso ao ensino superior no Brasil possuía até o começo dos anos 2000 diversas barreiras consideradas intransponíveis para a população de baixa renda. O investimento para a expansão das instituições de ensino superior públicas era insuficiente. As discussões sobre como promover o acesso e a permanência passavam, invariavelmente, pela elaboração de uma política pública que fosse feita em parceria com o setor privado. Em 2004 o Ministério da Educação formulou o Programa Universidade para Todos (ProUni), um programa onde seriam contemplados estudantes de baixa renda, negros, indígenas e professores da educação básica. Ao longo do debate no Congresso, os mantenedores das instituições de ensino superior privadas foram os atores mais participativos e promoveram diversas mudanças no desenho inicial da política pública. Apesar disso, após 15 anos de existência, o artigo mostra que o programa apresenta resultados exitosos em termos do acesso e permanência do público-alvo.

O trabalho foi elaborado tendo por objetivo geral responder a seguinte pergunta de pesquisa: “quais os resultados do ProUni ao longo de 15 anos de implementação?” Para isso, foram definidos três objetivos específicos: conceituar a formulação do ProUni no âmbito das políticas públicas; apresentar a implementação do ProUni; e mostrar os resultados da referida política pública.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) é uma política pública de acesso e permanência ao ensino superior que distribui bolsas integrais e parciais em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas a estudantes com renda familiar per capita até 3 salários-mínimos, negros, indígenas e professores que atuam no ensino básico, tendo como critério de entrada a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (MANCEBO, 2004; CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

O ProUni foi formulado após anos de discussões sobre como promover o acesso e a permanência da população de baixa renda, tendo em vista que essa era a principal dificuldade para atingir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), de que ao menos 30% da população entre 18 e 24 anos estivesse cursando o ensino superior. Além disso, as instituições privadas encontravam limites para a expansão do número de alunos, mesmo após a Lei de Diretrizes e

¹ Universidade Federal do ABC (UFABC).

Bases (LDB) de 1996 e o Decreto nº 2306/97 (que desobrigou as IES com fins lucrativos de publicar demonstrações financeiras feitas por auditores independentes e ampliou os direitos das mantenedoras), regulamentações que promoveram significativa expansão dessas instituições em todo o país (SGUISSARDI, 2006; CARVALHO, 2014).

O ProUni incorporou programas que já existiam, com relação a renúncia fiscal as mantenedoras de ensino. A política pública também manteve o status quo das IES privadas, tendo em vista que foi uma decisão que as beneficiou e, inclusive, tiveram participação fundamental na escolha das alternativas propostas. Ou seja, o ProUni pode ser analisado por meio da decisão incremental de Lindblom (PAULINO, 2015).

Ainda que o programa tenha obtido êxito em promover o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, apresenta pontos críticos na implementação, já que muitas dessas instituições possuem ações em bolsa, pertencem a conglomerados educacionais ou tem como finalidade o lucro, o que impede a promoção de maior qualidade no ensino. Além disso, essas instituições possuem ociosidade elevada de bolsas, o que já foi alvo de diversas análises e recomendações por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) e formas de integrar de maneira mais efetiva as bolsas parciais ao FIES (LEONI, 2018; MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018).

Ademais, alguns estudos realizados ao longo do período com bolsistas mostraram que ele possui eficácia quanto a promoção do acesso, mas enfrenta problemas em relação a permanência. Em um desses estudos, ficou evidente que um percentual próximo a 40% dos estudantes não escolhe o curso por vocação, mas sim pela nota que obtém no ENEM, mais de 35% dos bolsistas enfrentam dificuldades para conciliar a graduação com o trabalho e 30% enfrentam preconceito por parte de professores e alunos (FONTELE; CRISÓSTOMO, 2016).

Para a elaboração do trabalho, foram utilizadas referências bibliográficas encontradas na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de livros e dissertações de forma a tornar possível a pesquisa bibliográfica acerca do ensino superior no Brasil e apresentar os conceitos que permeiam as políticas públicas. Para realização da pesquisa quantitativa acerca do ProUni, foram utilizados do portal do MEC que disponibiliza dados abertos sobre a concessão de bolsas do programa desde o primeiro ano de sua implementação. Estes foram mensurados e transformados em percentuais para acompanhar a variação ao longo dos 15 anos de dados disponíveis.

Os resultados apontam que no início da implementação houve uma maior distribuição de bolsas a pessoas brancas (acima de 51%), mas ao longo dos 15 anos a predominância passou a ser entre os pretos e pardos que, juntos, representaram mais de 59% do total de bolsas

concedidas em 2019, o que demonstra a eficácia da política pública. Em relação à modalidade dos cursos, no primeiro ano de implementação, mais de 95% das bolsas foram dadas a estudantes de cursos presenciais, sendo que em 2019 essa modalidade passou a representar pouco mais de 70% do total de bolsas, ou seja, houve um aumento substancial dos cursos EAD dentro do ProUni. Já em relação a distribuição de bolsas integrais e parciais, não houve alterações consideráveis ao longo dos 15 anos, com aproximadamente 70% de bolsas integrais e 30% de bolsas parciais. Ademais, um resultado adicional de eficácia da política pública que ocorreu foi o avanço da concessão das bolsas as regiões menos desenvolvidas do país, já que em 2005 apenas 19,4% destas foram dadas a estudantes das regiões Norte e Nordeste e em 2019 essas regiões representaram 30% do total. A tabela 1 apresenta o importante avanço acerca da distribuição das bolsas por raça ao longo da implementação do programa.

Tabela 1 - Distribuição da concessão de bolsas do ProUni por raça, valores em %

	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Não Informada	Total
2005	36,11	10,29	26,91	0,62	2,39	23,68	100,00
2006	48,79	15,24	33,8	0,19	1,89	0,09	100,00
2007	51,76	12,02	34,03	0,10	1,87	0,23	100,00
2008	50,02	12,62	35,27	0,09	1,94	0,06	100,00
2009	48,86	12,62	36,69	0,08	1,75	0,00	100,00
2010	47,85	12,54	37,86	0,08	1,66	0,01	100,00
2011	47,70	12,14	38,43	0,08	1,64	0,01	100,00
2012	44,18	12,38	41,72	0,09	1,62	0,01	100,00
2013	43,37	12,44	42,39	0,08	1,67	0,05	100,00
2014	41,67	13,10	43,35	0,08	1,72	0,08	100,00
2015	41,66	12,68	43,78	0,08	1,71	0,09	100,00
2016	40,66	12,55	44,86	0,08	1,84	0,01	100,00
2017	39,92	12,99	45,29	0,08	1,69	0,01	100,00
2018	38,69	12,96	46,53	0,08	1,73	0,01	100,00
2019	38,29	13,06	46,88	0,09	1,69	0,01	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Educação, 2021.

A avaliação apresentada mostra que os resultados desta política pública têm sido exitosos em relação a inclusão e permanência de bolsistas de baixa renda e minorias étnicas. Ao longo dos quinze anos de dados do programa, foi possível perceber avanços notáveis quanto a inclusão de pardos e uma melhor distribuição das bolsas em regiões menos desenvolvidas do

país. Assim, a pesquisa mostra que o ProUni pode ser considerado um programa com bons resultados e, portanto, eficaz acerca dos problemas que levaram ao seu desenho.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Portal de dados abertos do ministério da educação. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

CATANI, A.; HEY, A.; GILIOLI, R. PROUNI: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior? *Educar*, n. 28, p. 125-140, 2006.

CARVALHO, C. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 209-244, junho 2014.

FONTELE, T. L. L.; CRISÓSTOMO, V. L. PROUNI - pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. *Avaliação*, v. 21, n. 3, nov. 2016. p. 739-765.

LEONI, Fernanda. O papel do Tribunal de Contas da União no ciclo de políticas públicas um estudo sobre o programa Universidade para Todos (“ProUni”). São Bernardo do Campo, 2018, 115 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do ABC (UFABC).

MANCEBO, D. “Universidade para Todos”: a privatização em questão. *Pro-posições*, v. 15, n. 3, p. 75-90, set./dez. 2004.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. *Revista de Economia Política*, v. 38, n. 3 (152), p. 526-547, jul./set. 2018

PAULINO, V. Uma escola do tamanho do Brasil: a institucionalização do prouni como forma de democratizar o acesso ao ensino universitário. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, n. 29, p. 1-14, jan./jul. 2015.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 96 – Especial, p. 1021-1056, outubro 2006.